



FAZENDA LAGEADO: DOS BARÕES DO CAFÉ À SUBMISSÃO VARGUISTA

Rodrigo Vargas Rocha¹

¹Graduando no 3º ano de História na Universidade do Sagrado Coração. Artigo realizado sob a orientação dos professores Dra. Lourdes Madalena Gazarini Feitosa, M.^a Nair Leite Ribeiro Nassarala e M.e Roger Marcelo Martins Gomes.

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama sobre a história do café no Brasil desde o seu surgimento até a sua expansão pelas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo e, em particular, a respeito da história da Fazenda Lageado, de Botucatu. Fazenda muito ligada à cidade e a seus habitantes, possui uma rica história que remonta os finais do século XIX, como grande propriedade particular produtora de café; no século XX, como a Primeira Estação de Pesquisa de Café do Brasil, e por fim, nas últimas duas décadas, como espaço que abriga a Faculdade de Ciências Agrônomicas da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Reflete-se a respeito dos motivos que podem ter levado à sua venda, no ano de 1934, para o Governo Federal do então presidente Getúlio Vargas.

Palavras chave: Fazenda Lageado. Café. Centro-Oeste paulista.

INTRODUÇÃO

“Os contos dessa Fazenda não me sai mais da memória, desde os tempos cafeeiros só nos trouxe fama e glória”. (Fazenda Lageado – Ramiro Viola).

Com essa poesia, percebe-se o grande orgulho do povo botucatuense pela sua amada Fazenda Lageado, uma Fazenda como o próprio autor afirma: cheia de fama e glória. E tal citação esta livre de demagogia, farsa ou qualquer outro engano, pois se até os dias de hoje este lugar ainda nos impressiona pela beleza, tamanho e glória, imagine para os seus primeiros moradores.

Localizada em Botucatu, cidade fundada em meados de 1843, porém, elevada a condição de cidade apenas no ano de 1876, a Fazenda Lageado se desenvolve praticamente junto com a cidade. Uma Fazenda com uma rica História, sendo fundada na metade final do século XIX, e vivendo sua fase de ouro nas décadas de 1920. O Lageado, como é conhecido, se destaca entre tantas outras Fazendas do Estado, assunto que, abordaremos ao longo deste artigo.

Atualmente, a Fazenda Lageado abriga a FCA – Faculdade de Ciências Agrônomas e outros cursos como: Medicina veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal e Engenharia de bioprocessos. Um dos grandes atrativos da Fazenda é o Museu do Café, que funciona na antiga Casa Grande, sendo conhecido por toda a cidade e muito frequentado pela região. Até 2006, o Museu funcionou de forma mais ou menos ordenada mantendo suas portas abertas e desenvolvendo vários projetos, recebendo também muitas escolas. Contudo, de 2006 em diante, começou a ser desenvolvida atividades voltadas para um produto turístico recebendo ao todo 43 exposições de artistas como: Osmar Santos, Aldemir Martins, Ziraldo, Cristina Oiticica e Romero Brito. Ultrapassando mais de 200.000 visitantes, o Museu do café se tornou referência em toda a região.

Reconhecendo esse importante patrimônio, o Estado de São Paulo decidiu tombá-lo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT), cuja função é a de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. A partir de 2010, ficou claro o propósito deste órgão de se preocupar com os processos do Patrimônio Rural paulista. Vejamos um trecho em referência ao tombamento.

Logo, um dos primeiros processos a serem atendidos, nesta etapa, recaiu sobre a Fazenda Lageado, no município de Botucatu, fosse pela importância da produção cafeeira a seu tempo, fosse pelos programas de uso subsequentes ali implementados e a necessidade de reconhecimento oficial da sua importância cultural. (CONDEPHAT, 2010, p. 6).

Ficou clara para o CONDEPHAT a importância histórica e cultural da Fazenda Lageado. O parecer saiu no ano de 2011, e a Fazenda (toda a área histórica) foi tombada, fazendo do lugar uma propriedade protegida cuja importância é a de valorizar a história do Estado de São Paulo.

HISTÓRIA DO CAFÉ

Mas qual é a origem dessa bebida que tanto os brasileiros apreciam? A etimologia da palavra café vem do árabe “qahwah” e do turco, “Kahveh”, na qual denominavam a bebida e não a planta. Vejamos o que o linguista Sir James Murray diz sobre o termo: “Não se refere

estas modalidades vocabulares á planta e sim apenas a bebida feita da infusão de suas sementes [...]” (TAUNAY, 1934, p. 113).

Existem diversas lendas sobre a história do café: Para uns, fruto dos deuses e para outros, a bebida da perdição. Ainda não está claro o local do surgimento do café, mas o que tudo indica se desenvolveu nas regiões da Etiópia no continente Africano. A primeira menção do uso do café provém de um médico árabe no fim do século IX d.C na qual afirmava as propriedades da bebida. No século XVIII d.C, o primeiro viajante francês a Arábia escreveu o seguinte:

Os árabes do Yemen estão convencidíssimos, assim como todos os orientaes, aliás, que o café não cresce em parte alguma mais do mundo, a não ser em seu paiz. Acredita-se, no entanto, que, originalmente, preceda da Ethiopia, de onde o transportaram á Arabia Feliz. (TAUNAY, 1939, p. 30).

Até o século XV, o café era pouco conhecido no mundo se isolando praticamente na região da Arábia. Em meados do século XVI, no Egito e em alguns lugares do Oriente o seu uso passou a ser comum até que um século mais tarde, passou a ser conhecido em toda a Europa. (TAUNAY, 1934). Neste momento, destacam-se os turcos por serem grandes consumidores da bebida. Era comum no Império Otomano, atual Turquia, tomarem ao menos duas xícaras da bebida para receberem as visitas. Dizia-se que em Constantinopla gastava-se com café o que em Paris gastavam-se com vinho, ou seja, tomar café e fumar tabaco, era o grande passatempo dos turcos.

Enquanto no Oriente, principalmente na Turquia, tomar café era o grande costume da população, na Inglaterra, tomar a bebida acabou tornando-se crime. Em 1671, existia na capital britânica cerca de 3.000 casas de café, cifra um pouco exagerado. Entretanto, eram lugares que preocupavam a coroa inglesa:

Mas os motivos alegados eram, sobretudo os de ordem policial. Afirmava o Rei que, em taes estabelecimentos, se abandava enorme quantidade de ociosos, ajuntamento o mais pernicioso. E também que ali, se reuniam muitos negociantes e outra gente do comercio a perder enorme tempo em conversas inúteis, esquecidos de obrigações e deveres. (TAUNAY, 1939, p. 145).

A partir de 10 de janeiro de 1676, o Rei Stuart proíbe a abertura dos cafés públicos, assim como a venda de grãos. Uma bebida que já caíra no gosto dos ingleses, mas que estava proibido o seu consumo, levou a um descontentamento muito por parte da nação. O resultado

foi que em poucos meses, a lei foi revogada e novamente houve a liberação da venda e consumo.

Além da Inglaterra, o café também caiu no gosto dos franceses. A França, palco dos grandes movimentos e Revoluções, consumia amplamente a bebida. Em 1789, eram comuns estabelecimentos que vendiam o grão e a bebida e eram muito frequentados pela população na qual se discutiam novas ideias como igualdade, liberdade e fraternidade.

Todavia, mitos estavam envoltos sobre a bebida e seu uso, principalmente na antiguidade. Afirmavam que o *nepenthes*, bebida consumida por Homero na fala da Odisséia que afastava a tristeza, assim como o caldo consumido pelos espartanos, era a famosa bebida originária do café. O filósofo alemão Jorge Pash (1661 – 1707) em seu tratado: *De curiosis hujus seculi inventus quorum accuratiori cultu facem protulit antiquitas*, publicado em 1695, sustentava a possibilidade de relacionar o café com a Bíblia. Afirmava que as cinco medidas de grãos torrados de farinha de trigo que Abigail entregou ao Rei Davi, assim como a sopa de lentilhas que Jacó ofereceu a Esaú, não podia ser senão café torrado. É claro, estas afirmações não passavam de lendas que estavam impregnadas no imaginário das pessoas. Porém, comprova a ideia de que em pleno século XVIII, o café fazia parte do cotidiano da população, na qual, a bebida estava inserida no contexto de cultura popular, sendo amplamente divulgada por meio de livros, contos, ideias, etc.

INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

O café, bebida de cor preta tão apreciada pelos povos da África, Oriente e Europa, chega à América do Sul no final do século XVII, por meio de M. La Motte Aigiron, governador da Guiana Francesa. Ficarà a cargo de Francisco de Mello Palheta no ano de 1727, o mérito de introduzir o café no Brasil, primeiramente em Belém do Pará.

Para se entender como se deu a introdução do café no Brasil, é preciso saber um pouco mais sobre a vida de Mello Palheta. Ainda é incerta a sua naturalidade. Para os mais nacionalistas como o Dr. Waldemar Packolt, um digno “brasileiro”, entretanto, para o Sr. Henrique Silva, um lusitano. Na edição especial de “O jornal”, comemorativo do bicentenário da introdução do café no Brasil de 1927, Basílio de Magalhães levantará essa discussão. Para defender a ideia de que Palheta era português, o Sr. Henrique Silva afirma que a patente militar de sargento-mor, título concedido até então somente a portugueses, não poderia ser

dado aos brasileiros. Todavia, segundo o historiador Dr. Rodolpho Garcia (“Rev. do Instituto Histórico e Geográfico. Brasileiro, 1918), um exímio pesquisador das tradições brasileiras, faz a seguinte afirmação: Francisco de Mello Palheta “era natural do Pará” e que teve por pae ao “capitão de infantaria João Rodrigues Palheta, nascido na vila de Serpa, província de Alentejo”. (Jornal, 1927). Nascido por volta de 1670, o luso-brasileiro Mello Palheta recebeu a honra de ser considerado o introdutor do café no Brasil.

Muito pouco se sabe sobre a vida deste eximo explorador. Sabe-se que em 1727, já havia recebido o título de sargento-mor, mas resolveu se dedicar a agricultura, principalmente a cafeeira.

Em maio desse anno (1727), o sargento-mór (major) Francisco de Mello Palheta, que tinha ido a Cayenna no desemoenho de uma comissão do governador e capitão-general do Pará, de lá trouxe “trinta e tantas fructas e cinco plantas” de café, segundo declara o mesmo Palheta. (TAUNAY, 1939, p. 286).

Em uma missão na Guiana francesa, Palheta recebe algumas sementes de café e as planta em Belém do Pará. A primeira exportação que se fez do Pará até Lisboa foi a princípios do ano de 1732. A partir daí, o café mudará drasticamente a história do Brasil, sendo nos anos posteriores, o número um em exportação. Vejamos alguns dados sobre a exportação de café no Pará:

Quadro 1 - Exportação de café paraense, segundo Manoel Barata

Anos	Café (arrobas)		
1773	14.273	1781	2.838
1785	1.683	1784	1796
1786	1.282	1794	2.811
1774	141	1796	4.042
1775	4.464	1797	3.576
1776	5.792	1798	5.019
1777	3.542	1799	3.224
1778	6.579	1800	4.903
1779	4.513	1801	2.562
1780	3.122	1802	4.793

Fonte: Taunay (1939, p. 377).

Segundo os dados, em 1748 eram cultivados no Pará cerca de dezessete mil pés de café. Na tabela acima, percebe-se que nos finais do século XVIII e início do século XIX, o

Pará era o maior produtor e exportador de café do Brasil. Entretanto, já no século XIX, perderá esse posto para províncias como Maranhão, Minas Gerais e São Paulo e veremos que ao decorrer do século, o Pará contribuirá minimamente com as exportações do café. O motivo, talvez seja devido ao clima que, na região sudeste, era mais propício à cultura cafeeira. Logo, o café se espalhará da região norte para o restante do Brasil sendo que a partir da chegada da Família Real em 1808, o príncipe regente D. João VI irá incentivar a produção de café no Rio de Janeiro, principalmente nos morros do recôncavo da Baía de Guanabara e no Vale do Paraíba. Em poucos anos, o café produzido na região será superior em quantidade proveniente do resto do mundo: Java, Sumatra, Índia, Arábia, arquipélago Oriental, Costa Oriental e Costa Ocidental da África. (SOBRINHO, 1969).

Durante o período colonial, vemos que o desenvolvimento do Brasil esteve localizado principalmente nas regiões litorâneas. Nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, a colônia viverá principalmente de extrações florestais, cana de açúcar, minérios, criação de gado e outras atividades. Todavia, será o café que mudará drasticamente o Brasil no qual, junto com a ferrovia, trará o desenvolvimento para o país, principalmente no oeste paulista, tema que estudaremos ao longo deste artigo.

O café transformar-se-á no produto de base do comércio brasileiro. A partir de 1830, passaria a ser o principal produto comercial do país, chegando a 3/4 do valor das exportações. Além de movimentar a economia do Brasil, o café também trará modificações na vida brasileira. [...] a principal delas foi, sem dúvida, o deslocamento dos centros de maior importância econômica e do eixo demográfico, até então localizados no nordeste e no leste brasileiro, para o sul do país. (FRANÇA, 1960, p. 12).

Com isso, a hegemonia dos senhores de engenho dará lugar aos fazendeiros proprietários de grandes plantações de café, que com as fortunas acumuladas pela venda do produto, passarão a ter importante papel na sociedade brasileira. Durante o período Imperial (1822-1889), os fazendeiros de café constituirão a burguesia do país, recebendo títulos de nobreza e sustentando o poder da monarquia até sua derradeira decaída.

O CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA

O café foi introduzido no Paraíba quase ao mesmo tempo em que no vale fluminense. Sua produção exigia muita mão de obra na qual, até 1850, desembarcaram cerca de 60.000

mil escravos, o que aumentou radicalmente a produção cafeeira no Brasil. A produção fluminense nos anos de 1853-1854, atingiu 7.988.551 arrobas, enquanto no vale-paraibano, nos anos de 1854, somou 2.737.639 arrobas. Vejamos a tabela com a produção fluminense durante o século XIX:

Quadro 2 - Mapa do café exportado do Rio de Janeiro de 1800 a 1880, segundo a Associação Comercial do Rio de Janeiro

Anos	Sacas	Anos	Sacas
1800	10	1849	1.459.968
1813	12	1850	1.343.484
1817	63.986	1851	2.040.405
1818	74.247	1852	1.906.472
1819	73.314	1853	1.638.210
1820	97.500	1854	1.988.197
1821	105.386	1855	2.408.256
1822	152.048	1856	2.098.312
1823	185.000	1857	2.099.780
1824	224.000	1858	1.830.438
1825	183.136	1859	2.030.266
1826	260.000	1860	2.127.219
1827	350.000	1861	2.069.627
1828	364.147	1862	1.485.220
1829	375.107	1863	1.350.109
1830	391.785	1864	1.480.134
1831	448.249	1865	1.801.952
1832	478.950	1866	1.934.896
1833	561.692	1867	2.659.753
1834	560.759	1868	2.265.185
1835	647.438	1869	2.564.975
1836	715.893	1870	2.209.456
1837	607.095	1871	2.357.961
1838	766.696	1872	2.011.098
1839	889.324	1873	1.984.760
1840	1.068.418	1874	2.644.995
1841	1.028.368	1875	3.190.010
1842	1.152.608	1876	2.787.501
1843	1.165.631	1877	2.847.756
1844	1.232.935	1878	2.914.420
1845	1.191.641	1879	3.587.217
1846	1.511.096	1880	3.513.368
1847	1.641.560	1881	4.461.801
1848	1.710.715	1882	4.200.590

Fonte: Tabela retirada da edição especial de “O jornal” de 1927, 4º seção, pg.6.

Ao analisarmos a tabela, vemos que entre os anos de 1800 a 1813, a produção em sacas de café foi baixíssima. Entretanto, o auge da produção foi nas décadas de 1880. Em termos de produção, em 1883, o Paraíba irá igualar a fluminense. Logo, segundo dados da Associação Comercial do Rio de Janeiro, somente o Vale do Paraíba irá ultrapassar quatro milhões de sacas.

O vale do Paraíba sempre fora palco de importantes acontecimentos nacionais, uma vez que os barões sempre tiveram uma estreita relação com a Família real. Durante a jornada de independência, D. Pedro I foi recebido e acolhido magnificamente por toda a região. Até a

sua chegada às margens do Ipiranga, fora celebrado como o futuro Imperador do Brasil. Em cidades como Lorena e Pindamonhangaba (considerada a cidade Imperial) era comum receberem e hospedarem a Família Real. Fica claro esse afeto pelas cidades do Paraíba, na carta de 1921 do Conde D'Eu, logo após perder sua esposa, direcionada ao Conde de Moreira Lima da cidade de Lorena.

Sinto profundamente saber que seus incômodos de saúde o obriguem a uma vida retraída, e assim me privem da grande satisfação de abraça-lo, pessoalmente e renovar as lembranças sempre presentes das horas prazenteiras, passadas gozando a hospitalidade de sua distinta família, em 1868, 1884 e outras. (SOBRINHO, 1969, p. 100).

Entretanto, a hegemonia do Paraíba perderá espaço para os novos barões do café do centro oeste paulista. Talvez, o maior motivo para tal efeito seja o esgotamento de suas terras. O autor Alves Motta Sobrinho, faz a seguinte afirmação:

Um cafezal exigia muita terra virgem e quatro anos para produzir, mas depois, se bem tratado e em solo, recomendável, poderia frutificar quase meio século. Tal porém, jamais ocorria, porque nos primórdios, cultivava-se o café, como aventura para o enriquecimento. Os erros se sucediam e até vir o acerto, entrava-se num círculo vicioso: derrubada de mata, plantio, empenho da safra futura, empréstimo para comprar mais escravos, derrubar mais, aumentar os cafezais [...] (SOBRINHO, 1969, p. 25).

Esse método utilizado pelos fazendeiros do Paraíba acabou levando a exaustão de suas terras. Atualmente, vemos que as cidades localizadas no Vale, que outrora eram as “meninas dos olhos do Império”, hoje, estão nas estatísticas das cidades mais pobres de São Paulo. Entretanto, esse assunto não será abordado neste artigo, pois seria preciso um estudo mais aprofundado.

FAZENDEIROS DO CENTRO OESTE PAULISTA

Podemos afirmar que a atividade cafeeira no Estado de São Paulo está vinculada a três fatores: mão de obra escrava, imigração e a estrada de ferro. Na passagem do café na primeira região (Vale do Paraíba), vemos a decadência do café, devido às próprias características dos fazendeiros. Tradicionais e escravocratas, rapidamente irão sufocar a região enquanto os empresários do oeste, progressistas e inovadores, buscarão, após a lei de

1850 na qual se põe fim ao tráfico de escravos, buscar imigrantes europeus para suprirem esta mão de obra desencadeando assim, mudanças profundas da sociedade brasileira.

Todavia, poderemos dar maior ênfase nos dois últimos fatores: imigração e a estrada de ferro. Na metade do século XIX, o centro oeste paulista conheceu o progresso econômico que transformou profundamente a região. Com uma população de 284.312 habitantes em 1836, saltará em 1867 para aproximadamente 850.000 mil habitantes, sendo muitos destes, imigrantes que vieram para o Brasil com o sonho de enriquecer. Em termos de produção, no ano de 1836 produziu-se 556.649 arrobas de café; em 1854 3.579.035, enquanto em 1836 chegaram a marca de 12.371.613 arrobas. Uma cifra extraordinariamente alta que acabou levando a um ápice econômico por parte dos fazendeiros de café. Porém, toda essa quantidade de café não valeria nada se não conseguisse escoar a produção para o porto de Santos. Enquanto em fazendas de todo o Brasil, o carregamento era feito por meio dos tropeiros e de animais, no centro oeste paulista era feito pela máquina mais avançada que existia: o trem.

No início, o investimento para a construção das ferrovias fora feito pelos ingleses, mas após o excedente de capital gerado pela venda do café, os próprios fazendeiros é quem financiavam a construção das ferrovias. O resultado foi o barateamento e a velocidade do escoamento da produção, que aumentou ainda mais a renda e o capital.

Em 1867, é inaugurada a São Paulo Railway Company Limited, que ligava a cidade de Jundiaí a Santos, mas não parou por ai. Em 1868, é criada a Companhia Paulista; em 1870 a Companhia Ituana; em 1872 a companhia Sorocabana e em 1880, a Companhia Rio Claro. Em poucos anos, os trilhos cobriam cerca de três mil quilômetros e já na década de 1870, a província de São Paulo se destacava como a mais rica do Brasil. O café e os trilhos trouxeram o que os fazendeiros chamavam de progresso:

[...] as cidades de produção cafeeira poderos povoaram-se com a vinda de mão de obra livre, constituíram-se moradias, algumas d grande porte, apalacetadas, escolas e hospitais enquanto suas praças receberam jardins públicos. Introduziu-se a iluminação a gás; instalaram-se telégrafos e serviços telefônicos, propiciando novas atividades manufatureiras e comercias. As notícias passaram a circular com mais rapidez [...] (MARTINS, 2001, p. 40).

Podemos ver que o café trouxe mudanças profundas na província de São Paulo como na cultura, urbanização, arte, educação. Logo, será o produto de maior importância para o Estado, trazendo consigo o progresso e a modernização. Responsáveis por terem grande

participação na derrubada da monarquia e por consequência, a Proclamação da República no ano de 1889, reconhecidos como desbravadores e valentes, os paulistas é quem darão as “cartas do jogo” no Brasil nas décadas seguintes.

FAZENDA LAGEADO

É neste contexto de expansão cafeeira para o centro oeste paulista que a Fazenda Lageado é construída no ano de 1870. Para entendermos a História da Fazenda, podemos dividi-la em três fases: a primeira fase, de 1870 até 1932, caracterizada como uma fazenda produtora de café; a segunda fase, de 1932 até 1970, passa a ser propriedade do Governo Federal, sendo inaugurada a primeira Estação de Pesquisa de café do Brasil; a terceira e ultima fase, que se inicia por volta de 1970, todo o espaço da fazenda é cedido para a FCA e até os dias de hoje, é o local onde abriga os cursos da UNESP.

PRIMEIRA FASE: 1870 - 1932

Muito pouco se sabe sobre o inicio da construção, mas o que tudo indica, fora construída com mão de obra escrava. As maiores informações que possuímos sobre o lugar é a partir de 1881. Neste ano, o doutor João batista da Rocha Conceição, proveniente de Piracicaba, compra do finado alferes José da Silveira Franco, a Fazenda Lageado pelo preço de 100 contos de Réis (informações obtidas por meio da escritura de compra).

De uma família abastada, a história de João Batista começa em Piracicaba. Nascido em 1848, na fazenda São João da Montanha, núcleo original da atual Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), filho de Francisco José da Conceição, conhecido como Barão de Serra Negra (título concedido por D. Pedro em 1871) e Gertrudes Eufrosina Amaral da Rocha Conceição, Baronesa de Serra Negra. Segundo a jornalista Nilma Moratori João Batista fora formado em medicina, exercendo grande influência na cidade de Piracicaba. Casado com Maria Nazareth da Costa em 1879 dará seus primeiros passos na política em 1882, quando eleito vereador, ocupando a presidência da Câmara de 1884 – 1886. Além disso, foi um dos fundadores da loja Maçônica de Piracicaba, do Engenho Central e da Cia de Navegação Fluvial do Rio Piracicaba. Na área médica, foi o proprietário da Casa de Saúde Santa Rita e provedor da Santa Casa de Misericórdia, ocupando o cargo de 1883 a 1887.

Todavia, foi na área da agricultura que João Batista mais se destacou. Em escritura pública lavrada a 10 de novembro de 1881, a propriedade:

Medindo cerca de três quartos de légoa de comprimento e meia légoa de mais ou menos de largo, é descrita como sendo uma fazenda de cultura contendo: cafezais de cinco a dez anos, um cafezal novo de pouco mais de dous anos, e outro cafezal de chacinha quase todo formado. Além disso, já existiam: casa de morada, parte forrada e assoalhada que conta com cem palmos de frente com oitenta de fundos; coberta com telhas [...] e rebocada de cal [...]; caza de despejo; caza de depósito de café, cazas de máquinas, moinho, estrebarias, monjolo, doze quartos que servem de aposentos dos escravos (ANTONINI, 2001).

Foi a partir de compras subsequentes de terras vizinhas (Salto, em 1884; Fazenda Terreiro da Pedra, em 1895 e partes da Fazenda Terceira Água, em 1896) que se configuram as Fazendas Lageado e Edgardia. Desde este período até os dias de hoje, o núcleo conhecido como Fazenda Lageado contém cerca de 900 alqueires ou 2100 hectares de terra.

É de grande interesse das pessoas que visitam a Fazenda saberem um pouco mais sobre os escravos que trabalhavam no local. O que se sabe, por meio da própria escritura de compra, é que existiam aproximadamente doze aposentos para cerca de 100 escravos. Nada restou do que hoje chamamos de senzala, ferramentas de punição, “tronco”, etc. Entretanto, a Fazenda Lageado possuiu um grande diferencial em relação ao trato com os escravos. Ao estudarmos sobre a vida de João Batista veremos que era um homem culto e com ideias progressistas e avançadas para a época. Junto com tantos outros fazendeiros do centro oeste paulista não concordava com a escravidão e era a favor da substituição do trabalho escravo pelo do imigrante. Ao comprar a Fazenda no ano de 1881, a mando seu, ele acaba libertando seus escravos antes da libertação oficial, e no final dos anos 1890 passa a remunerá-los. Provavelmente nesta mesma época o próprio João Batista mandou demolir a senzala e todos os resquícios da escravidão, sendo talvez esse o motivo pelo qual não temos registros deste período tão obscuro de nossa História.

Ao findar do século XIX a República estava instalada e a economia ainda pendia na balança. Logo, coube aos Fazendeiros de café, principalmente os do centro oeste paulista, movimentar a economia brasileira. João Batista acabou falecendo no ano de 1921 e a Fazenda Lageado e Edgardia passou para seus dois filhos: Jane e Edgar Conceição. Foi nesta época que a Fazenda viveu sua fase de ouro. Na imagem abaixo retirada da edição especial de “O

Jornal” de 1927, temos a produção de café de municípios do Estado de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Baía e Pernambuco.

Figura 1 - Produção de café de municípios do Estado de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Baía e Pernambuco



Fonte: Imagem retirada da Edição especial de “O Jornal”-192, 5º seção, p. 9

Pela localização da cidade de Botucatu vemos que a Fazenda está inserida nas regiões que produziram de 277.355 a 110.443 sacas, o que não é de se admirar. Nas décadas de 20 chegou a possuir cerca de um milhão de pés de cafés plantados, junto com seu irmão Dr. Ernesto Manoel Conceição (Conde de Serra Negra), dono de Fazendas no distrito de Vitoriana, um dos maiores produtores de café do Estado de São Paulo.

Ao analisarmos a História do Lageado, percebe-se que não era somente uma fazenda de café, mas sim, uma indústria de beneficiamento. Os cafés que eram colhidos nos pés eram lavados em tanques e conduzidos por meio de “canaletas” até os terreiros para que ocorresse a secagem dos grãos. Após serem secos, eram transportados por meio de vagonetas até a Tulha na qual seria limpo, beneficiado e ensacado. Devido ao volume de sacas produzidas, havia uma estação de trem que cortava a Fazenda na qual após serem carregadas, eram levadas até o porto de Santos e de lá, exportado para o resto do mundo.

Em meados de 1929, o mundo conheceu uma de suas maiores crises financeiras: A queda de Wall Street. A crise que começou na bolsa de Valores de Nova York acabou afetando o mundo inteiro, inclusive o Brasil. O grande prejudicado foi sem dúvida o café.

Para poder manter o preço do produto foi necessária a intervenção do governo federal onde na época se comprava os cafés estocados para simplesmente queimá-los. Neste momento, vemos muitas fazendas à beira da falência, pois a monocultura havia impregnado na mente dos fazendeiros. Com a Fazenda Lageado não foi diferente. Após quatro anos de crise, Jane e Edgar Conceição decidem vender a Fazenda Lageado para o Governo Federal no ano de 1934, dando fim ao glorioso ciclo de ouro do café.

2 FASE: 1934 - 1970

Para termos uma noção do estado da Fazenda Lageado pós-crise de 1929, vejamos alguns depoimentos colhidos pela autora Antonini (2000).

- _ “Muitos pés de café foram abandonados; alguns foram cobertos com capim. Outros foram mesmos arrancados”.
- _ ”O fazendeiro tinha muitas dívidas”.
- _ “Houve atraso nos pagamentos em 1931/1932 e muitas famílias foram saindo”.

Sendo assim, Getúlio Vargas, por meio do Departamento Nacional do Café, órgão oficial responsável pelos aspectos políticos e financeiros da cafeicultura, adquiriu e pôs a disposição do Ministério da agricultura a Fazenda Lageado pelo valor de 200 contos de réis. Logo, a fazenda é passada da família Conceição para o Governo Federal e no local, instalada a primeira Estação de Pesquisa de café do Brasil. Será a partir deste período que teremos as maiores informações sobre o local em relação a moradores, pesquisas, produção, etc.

Sua inauguração se deu no ano de 1935, uma década conturbada para o Brasil e principalmente para São Paulo. O evento foi de grande importância para a cidade de Botucatu, contando com a presença de inúmeras figuras políticas da época, como o ministro Odilon Braga. Estava inaugurada a Estação Experimental do Café, a primeira do Brasil!

Todavia, eram grandes as dificuldades enfrentadas pela Estação, sendo a principal delas, a falta de verbas. Por meio de relatórios levados a efeito entre 1936 a 1939, seus objetivos eram:

Tentativa de recuperação dos velhos cafezais; reedificação das colônias; política de “recolonização”; instalação de pequena usina hidrelétrica; instalação do posto meteorológico; início da instalação do horto para obtenção de essências florestais para plantio e distribuição de mudas; construção e inauguração do prédio da

Diretoria e do Alojamento, além de residências para funcionários. (ANTONINI, 200)

Uma das metas de Getúlio Vargas era por fim à monocultura cafeeira que imperava no Brasil, dando início a uma maior diversidade de plantio por parte dos Fazendeiros. Para obter o apoio dos paulistas, o Governo Federal comprava as sacas de café que não eram vendidas e logo as queimava para que o preço continuasse o mesmo. Uma prática capitalista, porém, não apenas utilizado pelo Brasil, mas pelo mundo. Após estourar a crise de 29, os países que eram Liberais deixam de ser e começam a praticar um protecionismo econômico, valorizando as indústrias, mercado e produtos nacionais. A partir dessa ideia, a Estação Experimental passou a diversificar suas culturas. Em parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas foram executados inúmeros trabalhos com trigo, mandioca, milho, cevada, vime, café, etc.

3º FASE: 1970 ATÉ OS DIAS DE HOJE

O sonho de se implantar um curso de Agronomia em Botucatu já era antigo. Até então, o único lugar em que oferecia este curso era em Piracicaba, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), localizado na antiga Fazenda do Dr. João Batista da Rocha conceição. O encaminhamento da questão se deu no sentido de transformar a Estação Experimental em unidade de ensino superior, sobretudo a partir da instalação da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB). Em um decreto de 05 de dezembro de 1972, a União cede o espaço das Fazendas Lageado e Edgárdia ao Estado de São Paulo, sendo oficialmente instalada na Fazenda, a faculdade de Ciências Agrônomicas (UNESP). (ANTONINI, 200-).

Atualmente, a Universidade é referência em ensino e qualidade no Brasil. Com vários cursos obtendo as notas máximas em avaliações, a Universidade além de movimentar a economia de Botucatu, forma mão de obra especializada e traz a tona o orgulho e glória da Fazenda Lageado, que ao longo de sua história, nunca deixou de nos impressionar.

PIRACICABA, UMA CIDADE DE PODEROSOS

Durante anos, os verdadeiros motivos que levaram a venda e compra da fazenda Lageado por parte do Governo Federal passaram despercebidos. Mas o que levaria um

presidente, pós Revolução Constitucionalista de 1932, morando na cidade do Rio de Janeiro, comprar uma Fazenda no município de Botucatu e instalar a primeira Estação de Pesquisa de Café do Brasil? No primeiro momento, a resposta pode ser devido a própria estrutura que a Fazenda oferecia, que na verdade, era uma indústria de processamento de café, e segundo, para ganhar a confiança e apoio dos paulistas. Todavia, ao analisarmos o macro, com plena convicção, podemos afirmar que no Brasil existiam Fazendas ou até mesmo locais muito mais modernos e apropriados. Mas porque a Fazenda Lageado? Como estudante de História e estagiário do Museu do Café na própria Fazenda levaram-me a refletir sobre o assunto.

Com a morte do Dr. João Batista da Rocha Conceição no ano de 1921, a Fazenda Lageado e Edgardia são repassadas para seus dois filhos: Jane da Rocha Conceição e Edgard da Rocha Conceição. O Filho mais velho, Edgard Conceição, casou-se com Sarah Pinto Conceição, filha do Prefeito de São Paulo, Firmiano de Moraes Pinto e neta mais velha dos Condes do Pinhal. Sua irmã, Jane da Rocha Conceição, casou-se com Jorge Pacheco e Chaves, descendente de uma nobre família de Piracicaba que remonta o período do Império. Será a partir de Jane Conceição, que toda a história poderá ser entendida.

Ao findar os anos de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, Getúlio Vargas teria determinado ao então interventor federal de São Paulo, Pedro Manuel de Toledo, que seu filho Manoel Antônio Sarmanho Vargas, gaúcho de São Borja e conhecido como “Maneco Vargas”, na ocasião com 16 anos fosse aceito como aluno na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba. Como o pedido viera do próprio presidente, Maneco foi admitido e inicia seus estudos no mesmo ano. Aproveitando a situação, os professores da ESALQ decidem ir à cidade do Rio de Janeiro com a nobre tarefa de levar até o Presidente Getúlio Vargas, um projeto de decreto que regulamentava a profissão de engenheiro agrônomo no Brasil pois até então os formandos da ESALQ recebiam apenas o título de agrônomo.

Recebidos no Palácio do Catete, onde pernoitaram, foi encaminhado no dia seguinte para o Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Washington Ferreira Pires, com um bilhete de Getúlio Vargas: “atende o pedido dos meninos”. E assim, algum tempo depois, em 12 de outubro de 1933, Getúlio Vargas promulgou o decreto regulamentando a primeira profissão de nível superior do Brasil. Esse dia foi tão marcante que no dia 12 de outubro é comemorado o Dia Nacional do Engenheiro Agrônomo. (JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO, 2013).

Antes de ingressar na ESALQ, Getúlio Vargas designa Luís Simões Lopes, chefe de Gabinete do então presidente, a se dirigir junto com Manuel Vargas até a cidade de Piracicaba para fazer todos os preparativos. Quem os recebeu foram Jorge Pacheco e Chaves e sua esposa Jane Conceição em sua moradia na “Chácara Nazareth”. A partir desse momento, a relação entre ambas as famílias se consolidariam. O filho de Jorge Chaves e Jane Conceição, João Pacheco e Chaves ingressa na ESALQ no mesmo ano de 1932 tornando-se um grande amigo de Manuel Vargas.

Após cerca de quatro anos, ocorre a tão esperada formatura dos alunos do curso de engenharia agrônômica. No dia 28 de novembro de 1936, a Primeira Dama Darcy Sarmanho Vargas, acompanhada da filha Alzira, veio até Piracicaba para assistir à formatura de Maneco. Novamente, a família Vargas hospeda-se na Chácara Nazareth causando uma grande manifestação de carinho na cidade. Através dessa hospitalidade é que a família Pacheco e Chaves se consolidarão na política. Alguns anos depois, João Pacheco Chaves seria eleito deputado federal e seu pai, no ano de 1943, por indicação de Luís Simões Lopes, nomeado prefeito de Piracicaba.

MOTIVOS QUE LEVARAM A VENDA DA FAZENDA LAGEADO

Logo após 1929, a Lageado está em uma crise profunda e provavelmente o desejo dos donos era de vendê-la. Após a hospedagem que a família Pacheco e Chaves ofereceram a Maneco Vargas e Luís Simões Lopes, as famílias se tornam muito próximas.

No entanto, muito pouco se fala sobre a importância de Luís Simões Lopes no próprio Governo de Vargas e suas ações da política e economia brasileira. Lopes, além de chefe de Gabinete presidencial, foi um dos criadores do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), participando no ano de 1939, da missão brasileira enviada aos Estados Unidos sob a chefia do ministro Oswaldo Aranha para o financiamento da tão sonhada Indústria de base brasileira. Em dezembro de 1944 assumiu a presidência da recém criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), órgão cujo objetivo era promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública e privada. Entre os anos de 1951 e 1952 dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). Em 1954, foi eleito primeiro presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de administração Municipal (IBAM), além de tantas outras atividades. Sendo assim, Luís Simões Lopes sempre

exercera grande influência no Governo de Getúlio Vargas sendo sua esposa, Aymée Sotto Mayor de Sá, segundo alguns historiadores, amante do próprio Getúlio.

Dessa amizade entre Luís Simões Lopes e Jorge Pacheco e Chaves provavelmente deva ter surgido o assunto sobre a Fazenda Lageado cuja proprietária era sua esposa e das dificuldades enfrentadas. Como era chefe de gabinete do presidente, Lopes repassa essa informação para Getúlio e no ano de 1934, a Fazenda é vendida para o Departamento Nacional do Café (DASP) e entregue ao Ministério da Agricultura, sendo assim criada a Estação Experimental de Café de Botucatu (E.E.C.B).

Vejamos algumas provas que confirmam esta hipótese:

Figura 2 - Tulha da Fazenda Lageado



Fonte: Foto do autor

Este era o principal prédio da Antiga Fazenda de café (Tulha) onde em seu interior está contida uma máquina de beneficiamento de café. Logo após a secagem o café era transportado por meio de vagonetas em cima de trilhos até ser jogado na máquina, na qual se faziam o beneficiamento, separação por tamanho e o ensacamento dos grãos. A construção do prédio remonta aos primeiros anos de 1870, todavia, a data 1934 refere-se à reforma realizada logo após a compra pelo Governo federal. Será no ano de 1935 que a Pedra Fundamental da Diretoria da Fazenda será lançada. O Evento foi de extrema importância não só para a

Fazenda, mas para toda a cidade de Botucatu. Na capa do Jornal Folha de Botucatu, datado de 1 de maio de 1935, vemos a seguinte manchete:

Figura 3 - Jornal Folha de Botucatu



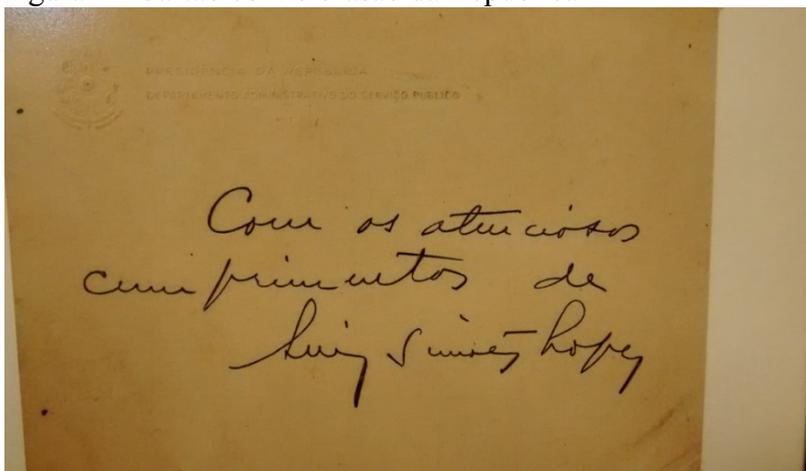
Para a inauguração contou-se com a vinda de inúmeras pessoas ligadas ao Governo Vargas, inclusive o Ministro da agricultura Sr. Odilon Braga. A cidade os recebeu em festa, pois era de grande orgulho para o povo botucatuense recebe-los na cidade. Um fato engraçado que ocorreu durante a inauguração foi um pequeno acidente durante a festa.

Num dos ângulos da sala, onde se comprimiam os membros da comitiva, curiosos e admirados por tudo quanto viam, o sr. Carlos Cezar, esbarrando em um dos vidros, fez-lo cair, justamente o vidro que continha amostras do café da Venezuela. O sr. Odilon Braga, prontamente, disse: Botucatu derrubou o café da Venezuela; dito esse que foi glosado por todos os presentes pela oportunidade. (FOLHA DE BOTUCATU, 1935, p. 1).

Esta era a visão de todos de que o café ainda veria dias gloriosos como no passado. Todavia, estava claro que era necessário outros meios para que o país se recuperasse da crise.

Recentemente, ao folhar alguns Livros guardados no almoxarifado do Museu do Café, foi encontrado um cartão com o brasão da República com o título “Departamento Administrativo do Serviço Público(DASP), no qual estava escrito: Com os atenciosos cumprimentos de Luís Simões Lopes. Infelizmente não contem nenhuma data e a quem foi endereçado, porém, o que sabemos é que este cartão foi endereçado a alguém da Fazenda e escrito pelo próprio Luís Simões Lopes, o que comprova a hipótese levantada sobre sua participação compra da Fazenda Lageado da família Conceição para o Governo Federal.

Figura 4 - Cartão com o brasão da República



Fonte: Foto do autor

Ao analisarmos todas estas provas supõe-se que houve uma participação de Luís Simões Lopes na compra da Fazenda. Vemos que por coincidência ou não, a história da Família Conceição, Vargas e do próprio Lopes se cruzam para que a Fazenda Lageado pudesse chegar aonde chegou. Deve ficar claro que é somente uma hipótese levantada, contudo, todas as provas apontam para a sua confirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São poucas as cidades do Estado de São Paulo que mantém viva a sua memória, tradição e cultura. Ao analisarmos a História da Fazenda Lageado, mostramos o quão importante ela foi e continua sendo para a cidade de Botucatu. Com diversos projetos na área de turismo e cultura, a cidade têm-se tornado referência em todo o Estado de São Paulo. Com a Reforma da Estação Ferroviária (1934) e do antigo fórum, local que irá abrigar a primeira pinacoteca do interior, Botucatu entende que o progresso vem acompanhado de suas memórias.

Podemos definir a Fazenda Lageado com um belo poema de José Carlos de Pieri, “Lageadense antes de tudo”, assim como gosta de ser chamado, publicado no Livro Ecos da Terra. Nascido na Fazenda no ano de 1947 conhece sua história melhor do ninguém.

Ecos da Terra

Lageado!

Poderosa rocha que o nome lhe empresta

Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Arminda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000

www.usc.br

Lageado, antiga seresta
Traduzida em notas atuais
Lageado!
Do velho casario, dos antigos cafezais
Lageado,
Das tulhas antigas e dos terreirões
Do casarão varandado
Por onde passaram alegrias e desilusões
Lageado, meu berço feliz
Por onde meu pensamento passeia todo dia
Pelo Brejo, pelas Seis Casas, pelo Chafariz
Pela Chacrinha, pela Olaria
Colônia Grande, Três Casas, Fazendinha
Por suas recordações meu pensamento caminha
E desce pela serra todo prosa
Pois lá embaixo, está a Edgardia formosa
A Hospedaria? na baixada
O Prédio? lá no alto
Hoje tudo rodeado de asfalto
Mas a antiga imagem não foi apagada
No silêncio eu escuto os ecos desta Terra
Dela eu não me esqueço jamais
Pois em seu âmago ela encerra
O suor, as lágrimas, o sorriso distante dos meus ancestrais

LAGEADO FARM: FROM THE COFFEE BARONS TO THE VARGA'S SUBMISSION

ABSTRACT

This study presents an overview about the history of coffee in Brazil, since its emergence till its expansion throughout the provinces of Rio de Janeiro and São Paulo and, in particular, in relation to history of the Lageado Farm, in Botucatu. Keeping a strong connection with the city and its population, Lageado Farm has a rich history that dates back to the end of the XIX century, as a big private coffee-producing property; in the XX century, as the First Coffee Research Station in Brazil, and finally, in the last two decades, as the campus of the Agronomic Sciences School from the State University Júlio de Mesquita Filho. The reasons that may have led to its sale, in the year of 1934, to the National Government under President Getúlio Vargas will be the object of scrutiny in this paper.

Keyword: Lageado Farm. Coffee. Midwest of São Paulo.

REFERÊNCIA

ANTONINI, I. **Lageado: um esboço de sua História**. Botucatu. FCA, 2000.

CONDEPHAAT. Processo de Tombamento da Fazenda Lageado, 2011.

Edição especial de “**O Jornal**” de 1927

CECÍLIO, N. **Piracicaba Política, a história que eu sei – 1942/1992**. Piracicaba: Prefeitura Municipal/Ação Cultural, 1992.

Jornal do Engenheiro Agrônomo. ANO 43, Setembro/Outubro de 2013, nº 273. Pg 7.

FRANÇA, A. **A Marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

MARTINS, A. **O Despertar da República**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

MATOS, O. **Café e Ferrovias. Campinas. A Evolução Ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**: Pontes, 1990.

MORATORI, N. **150 anos da história da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba: 1854 – 2004**. Piracicaba, 2004.

PIERI, J. **Ecos da Terra**. Botucatu. FEPAF, 2013.

ROMANELLI, T. 1936: formatura de Maneco Vargas, vinda da família do ditador, ascensão dos Pacheco e Chaves. **A Província – Paixão por Piracicaba**, 2009. Disponível em: <<http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/1936-formatura-de-maneco-vargas-vinda-da-familia-do-ditador-ascensao-dos-pacheco-e-chaves/>>. Acesso em 17 mar. 2015.

SOBRINHO, A. **A civilização do Café (1820 – 1920)**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

TAUNAY, A. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.